

A SUBJETIVIDADE NA CONTEMPORANEIDADE E A SUA INFLUÊNCIA NA RELAÇÃO DO ALUNO COM O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Renata Cristina Martins Rosa ¹
Hugo Leonardo Pereira Rufino ²

RESUMO:

O presente artigo teve como objetivo refletir sobre como as novas circunstâncias subjetivas e sociais presentes na contemporaneidade influenciam os processos de ensino-aprendizagem. Para tanto, realizou-se uma análise bibliográfica discutindo o posicionamento teórico de diferentes autores em relação à contemporaneidade e como tal processo histórico transforma a apreensão da realidade por parte das pessoas e, nesse sentido, a relação delas com os processos educacionais. Também se discutiu a construção do currículo educacional em seus primórdios e sua interface na atualidade, como também a influência exercida pelas novas tecnologias na prática educacional e cotidiana dos indivíduos. Conclui-se, então, que é necessária uma densa discussão sobre o assunto, haja vista o protagonismo da tecnologia na educação e na vida diária das pessoas.

Palavras-chave: Ensino-aprendizagem; Subjetividade; Tecnologias.

ABSTRACT:

This article aimed to reflect on how the new subjective and social circumstances present in contemporary times influence the teaching-learning processes. To this end, a bibliographic analysis was carried out discussing the theoretical position of different authors in relation to contemporary times and how this historical process transforms people's apprehension of reality and, in this sense, their relationship with educational processes. The construction of the educational curriculum in its beginnings and its interface today was also discussed, as well as the influence exerted by new technologies in the educational and daily practice of individuals. It is concluded, then, that a dense discussion on the subject is necessary, given the role of technology in education and in people's daily lives.

Keywords: Teaching-learning; Subjectivity; Technology

¹Estudante mestranda do Programa *Stricto Sensu* / Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM – *Campus* Uberaba. Graduada em Letras e estudante de Psicologia pelo Centro Universitário Mário Palmério (UNIFUCAMP). E-mail: rcmartinsrosa@gmail.com.

²Doutor em Ciências pela Universidade Federal de Uberlândia (2011). Mestre em Ciências pela Universidade Federal de Uberlândia (2004). Graduado em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Goiás (2000). Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal do Triângulo Mineiro - Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico e como docente quadro permanente do Programa *Stricto Sensu* / Mestrado Profissional em Educação (ProfEPT). E-mail: hugo@iftm.edu.br.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo busca tratar do posicionamento teórico de diferentes autores que articulam o surgimento e a existência de novas tecnologias no espaço social e escolar, como também a sua influência no vínculo do aluno com seus professores e com o ensino, além de pensar sobre como as matrizes curriculares levam ou não em conta a incidência das novas tecnologias no processo educacional. Calcula-se que tal discussão é de suma importância, haja vista a presença da exigência na contemporaneidade do domínio e manejo das novas tecnologias na vida cotidiana das pessoas, além da influência de tais tecnologias na mediação do contato entre sujeito e ambiente, produzindo, assim, novas subjetividades, e, ainda, na necessidade de se dominar o manejo dos meios digitais para a alocação dos indivíduos em novos postos de trabalho. Pode-se analisar também que a resistência em se articular novas visões nos currículos atuais pode prejudicar e defasar os sujeitos em relação às novidades que vão ao encontro dos novos modos de se viver.

Segundo Joel Birman (2012), a contemporaneidade produz novas subjetividades à medida que a apreensão da realidade por parte do sujeito se altera. O modo de se apreender o tempo e o espaço transformou-se profundamente e, assim, a alteridade das relações humanas também passou a se articular de modo inédito. Nesse sentido, pode-se dizer que atualmente impera a necessidade de lidar com maior rapidez quanto as mudanças estruturais da sociedade e também, como Bauman (2001) aponta, existe hoje uma maior *liquidez* das relações humanas, tornando-se habitual o desengajamento nas relações vinculativas, além da maior potencialização do aspecto traumático dos acontecimentos cotidianos e dos grandes ocorridos, dentre outros aspectos.

De acordo com Torezan e Aguiar (2011), na contemporaneidade a transmissão de saber tornou-se difusa, haja vista a facilidade que se tem no acesso às informações e pelo fato também de que não se articula mais o saber a um único mestre. Utilizando os conceitos da psicanálise lacaniana, Torezan e Aguiar apontam para a horizontalização do Complexo de Édipo, conceito inaugurado por Freud para designar, dentre outras coisas, a relação do sujeito para com a lei paterna. Portanto, os autores pontuam que outrora havia o ato de se situar as figuras de autoridade verticalmente, designando reverência e respeito à autoridade e a situando ao lado do saber que supostamente a autoridade detinha. Porém, com as várias mudanças que metamorfosearam a humanidade, atualmente as relações se dão de modo mais “horizontal”, e, nesse sentido, dá-se menos credibilidade àqueles colocados na posição de “mestre”.

Nesse sentido, apontando para o espaço escolar e suas diretrizes, o currículo escolar é um importante instrumento de aferição para se pensar como a realidade educacional tem se estruturado em meio a tantas transformações.

Segundo Sacristán (2000), o termo currículo surgiu desde a Roma antiga. Nessa época, o *curriculum vitae* se referia às conquistas e trabalhos de seus cidadãos no meio de trabalho e na vida social. Na Idade Média, a necessidade de se organizar o estudo das diferentes artes e ciências demandou aos operadores das primeiras universidades que se dividisse mais sistematicamente os planos de estudo de acordo com o campo de conhecimento. Prosseguindo nesse desenvolvimento, com o progresso científico e a valorização da racionalidade enfatizada filosoficamente por René Descartes, cada vez mais talhou-se divisões e normatizações no currículo do ensino-aprendizagem, acarretando, de acordo com Sacristán (2000), em limitações na criatividade e liberdade de alunos e professores.

De acordo com Ivenicki (2019), algumas políticas de educação presentes na contemporaneidade, que com o intuito de estabelecer unificações generalistas no ensino, não acompanham a necessidade de se relativizar as várias nuances presentes em diferentes contextos e nem conseguem se parer com mudanças voláteis que a atualidade produz. Assim, um dos grandes desafios da educação na atualidade é permitir que a preparação dos currículos acompanhe as mudanças discutidas acima, e também que os adapte de uma forma melhor aos diferentes contextos da educação.

Ou seja, produz-se então a seguinte questão: como articular as exigências contemporâneas à forma de se construir as diretrizes curriculares educacionais sem se pautar em uma banalização do conhecimento? Dizendo de outra forma, a pergunta que se levanta é: como não confundir a maior presença e acesso a um grande volume de informação com o que se pretende na transmissão de conhecimentos mais essenciais e críticos da nossa realidade? Outra questão essencial é a forma como as circunstâncias de vida atual pauta a relação do aluno com seus professores e cultura escolar? Pretende-se, então, com o presente artigo, discutir como a vida na contemporaneidade produz suas consequências no campo do ensino e, assim, faz-se necessário refletir sobre o ensino e sobre o formato curricular perante às constantes transformações que se vive atualmente.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A tecnologia na vida contemporânea - novos modos de se viver:

Em 1908, Sigmund Freud, pai da Psicanálise, no artigo “Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna”, questionava-se sobre como o modo de vida estressante daquela época poderia influenciar na ocorrência de psicopatologias e na articulação do sujeito com suas exigências libidinais. Segundo Freud, o tempo agitado, as rápidas mudanças e os novos meios de comunicação e de locomoção demandavam ágil adaptação das pessoas, pois, caso o contrário, “doenças nervosas” poderiam insurgir em seus psiquismos.

Em 1930, em “Mal-estar na civilização”, Freud, apontando as principais causas da infelicidade, sublinhou que a vida em sociedade poderia tornar-se algo de grande desprazer para as pessoas, pois, a ação de outros seres humanos poderia produzir a desventura dos indivíduos. Nesse sentido, o pai da Psicanálise revela que a sociedade tem seus mecanismos para regular a liberdade individual para o bem social, para que assim a ação singular não provocasse maiores problemas aos viventes da civilização. Dessa forma, Freud aponta que em sua época a liberdade era cerceada em prol da sensação de se viver seguramente em sociedade. Porém, Freud também aponta que tal cerceamento da liberdade era responsável por várias circunstâncias dos adoecimentos neuróticos, funcionando assim como um semblante da privação dos desejos individuais reprimidos.

Bauman (2004), por sua vez, aponta que na atualidade tal associação entre liberdade e segurança tornou-se diametralmente oposta ao que as pessoas, contemporâneas a Freud, viveram. Portanto, atualmente, os sujeitos vivenciam suas liberdades individuais de maneira mais ampla, porém, a sensação de insegurança em relação ao futuro e às outras pessoas cresce, estabelecendo-se, assim, em vários sentidos, maior noção de rivalidade entre os indivíduos e desobrigações às normas – várias impostas pela moralidade – estabelecidas em outros tempos.

Portanto, levando em conta os elementos apontados por Freud já em 1908, quando se intensificava um estilo de vida tecnologicamente moderno para sua época, ou também como o autor salienta a importância das relações humanas para o desenvolvimento da subjetividade individual, acompanha-se uma constante mudança no decorrer do século passado, concluindo-se na forma como as interações e apreensões se dão atualmente, como é apontado por Bauman (2001), sendo possível refletir sobre como as novidades tecnológicas, o livre-mercado e as mudanças nas relações alteram a forma como o sujeito lida com o mundo a sua volta, e não pode ser diferente, nesse sentido, a mudança como o sujeito lida com o processo de ensino, seja na relação com colegas e professores, seja na sua interação com o conhecimento a ser debatido.

A nomeação da atualidade como pós-modernidade por Bauman se coaduna com a teoria proposta pelo autor. Porém, no presente artigo, adotou-se preferencialmente nomear a o período atual como contemporaneidade, priorizando a literatura de autores como Joel Birman (2012) e Fukuyama (1992).

Segundo Birman (2012), na contemporaneidade, de forma geral, os sujeitos lidam com suas produções de forma descartável. Assim, os *gadgets* contemporâneos são utilizados de forma cumulativa, sendo instantaneamente descartáveis caso se vislumbre que seu uso se torne obsoleto. Assim ocorre também, segundo o autor, com o conhecimento, haja vista que a produção de saber por parte das mídias e das ciências surgem com as incertezas de que perdurarão por mais tempo. Dessa forma, a forma que se utiliza memorizar ou rememorar fatos e/ou conhecimentos torna-se fugaz, pois a demanda de que se apreenda um grande número de informações de forma instantânea e o modo como essas informações perdem rapidamente seu prazo de validade reduz a importância individual de cada notícia.

Como aponta Maffesoli (1996), na atualidade, os meios de comunicação condensam tempo e espaço, aniquilando o futuro e promovendo um instante eterno. A rapidez invade a cotidiana e social, a revolução digital leva ao abandono de velhas práticas sociais, à mudança das percepções e inova as noções de identidade pessoal e de sociedade.

Em adendo, lembra-se que Debórd (1997/1948) já apontava para o engatilhamento que a sociedade já promovia em relação ao espetáculo e à exacerbação de cores e movimentos na vida cotidiana. Nesse sentido, segundo o autor, as pessoas, já na década de 40, demandavam notícias brilhantes, grandes acontecimentos e produções que promoviam um excesso de elementos, o que chamava a atenção de todos e que, porém, escamoteava as nuances dos pequenos detalhes, ou então o que relegava a outros planos o contato com o íntimo e profundo. Essa espetacularização transformou, em diversos aspectos, a relação das pessoas com os saberes e com seus próprios desejos.

De acordo com Kohn e Moraes (2007), na esteira de tais transformações, na atualidade, o surgimento de novas tecnologias digitais criou um novo aporte de produtos, de transmissão e de acesso às informações, alterando, assim, o cenário político, econômico e social. Entretanto, os autores pontuam que o de mais importante trouxe essa revolução foi a capacidade de formação de rede e de interligação, produzindo, dessa forma, a partir da década de 1960, novas ideias de liberdade, imaterialidade, produção de conhecimento, dentre outras estruturas da civilização.

Assim, pode-se pensar que esses indivíduos transpassados pela vida digital, apressados e pressionados pela rapidez das informações, “sedentos” por notícias espetaculares, podem não se engajar detidamente sobre o momento e tempo presente, como aponta Birman (2012), não se atrelando, nesse sentido, aos modos educacionais que perduram por tanto tempo. Portanto, analisa-se que a escola com o seu modo de ensino que perdura por séculos, contrapõe-se, quase que paradoxalmente, nos matizes da vida cotidiana das pessoas. Resgata-se então a construção pedagógica ocorrida no Brasil para se pensar no modo dos alunos de estar nas escolas na contemporaneidade.

2.2 Recorte sobre o desenvolvimento do ensino no Brasil até a contemporaneidade:

Segundo Demerval Saviani (2005), historicamente, na educação, dominaram duas grandes tendências pedagógicas que influenciaram de forma incisiva a história brasileira: a primeira, que perdurou até o final do século XIX, chamada de “pedagogia tradicional”, tratava das teorias do ensino, buscando pensar sobre melhores métodos para o ensino. A prática era subordinada à teoria e a centralidade do processo de ensino-aprendizagem centrava-se na figura do professor. Já a segunda tendência questionava-se sobre o melhor método de aprender, buscava assim, questões relativas à fórmula “aprender a aprender”. A centralidade presentifica-se no educando, e estimula-se, nessa tendência, na iniciativa do aluno. Também se cultiva condições de igualdade entre professores e alunos, produzindo uma horizontalidade das relações.

Segundo a historiadora Del Priore (1999), de certa forma, a história da educação no Brasil já se inicia com a chegada dos primeiros portugueses, haja vista que os portugueses teorizavam métodos para a catequização dos índios. Assim, nessa transmissão de saber à revelia do desejo dos índios e contrastando com a transmissão cultural milenar dos povos que aqui residiam, esse marco do ensino-aprendizagem brasileiro resguarda, como em vários outros momentos históricos, um quantum de violência e unidirecionalidade dos processos de aprendizagem no Brasil.

Jurandir Freire Costa, em seu clássico livro “Ordem médica e norma familiar” (1988), aponta que no decorrer da história brasileira, principalmente após a chegada da família real portuguesa no início do século XIX, a norma médica prezava, como norte de seu ensino, por normas ideológicas e culturais europeias, estas importadas da vida social da Europa e sem qualquer contextualização ao modo de vida brasileiro, produzindo-se, nessa instância grande

estranhamento da população. Porém, no anseio para a adaptação a tais normas, influenciados pelo saber médico de que a não adaptação poderia produzir sujeitos doentes e imorais, a população tentou se adequar aos ensinamentos pedagógicos e médicos, produzindo-se, assim, sujeitos alienados de si. Nesse sentido, criou-se internatos e outras instituições de ensino que prezavam pela higiene moral, física e psicológica, pois, como aponta Costa, os autores da época prediziam que as instituições fechadas, detentoras do saber, poderiam amenizar os males que as famílias poderiam produzir em seus filhos e filhas. Assim, hierarquizava-se o saber médico com o saber popular, e, “para o bem das pessoas” da época, o melhor era acreditar no saber dos professores e médicos.

Segundo Ribeiro (1993), no século XX, o Brasil assistiu a várias reformas profundas no campo escolar, desde reformas legislativas propostas por diferentes governos até a construção e tentativas de implantação de novos formatos e métodos. A autora aponta para a influência de diferentes atores na construção dessas reformas, desde as instituições religiosas que tentavam, ao seu modo, promulgar e incumbir à educação um lastro religioso e de ideal cristão, a teorias psicoeducacionais alinhadas a filosofias eugênicas, tais como Costa (2007) exemplifica como a tentativa de “embranquecimento” da população, passando por teorias libertárias e críticas da produção educacional brasileira.

Pontua-se, assim, que historicamente o povo brasileiro situou-se no processo de ensino-aprendizagem de forma a receber, relativamente de modo passivo, a cultura e o saber dos professores e pedagogos. Por mais que possa ter havido em alguns momentos a tentativa do estabelecimento de uma pedagogia centrada no aluno e que cultivasse uma igualdade na relação professor-aluno, predominou-se uma pedagogia de instrução, que sobrepõe a teoria à prática, subjuga os saberes não tradicionais, exercendo grande influência e poder na pedagogia brasileira.

Atualmente, de acordo com Oliveira (2011), a escola brasileira tem enfrentado diversos problemas. Segundo a autora, é indissociável a questão escolar da questão política. Para tanto, a educação brasileira tem vivido um descaso relativo à falta de investimentos, a um relativo número (implícito) de fracasso e evasão escolar e carência de valorização dos docentes e de sua formação. Assim, cria-se uma realidade escolar que sucata a escola pública e deteriora os processos de ensino-aprendizagem.

Dentre outros debates da atualidade, a mercantilização da educação tem produzido, segundo Araújo (2017), uma perda de qualidade educacional, instituições defasadas, a banalização de cursos e produções científicas, e, de mais importância para o presente artigo,

tem destituído o valor da relação educando-educador para os processos de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, segundo o autor, salientando a inclusão dos aparelhos tecnológicos nesse campo, produz-se inéditas questões que o educador brasileiro tem se deparado, necessitando a constante reflexão do que hoje motiva o aluno a buscar sua formação, como também qual o posicionamento dos professores diante da facilidade ao acesso às informações, porém, tal facilidade, produz uma perda do valor que há no conhecimento, à medida que a informação em sua abundância e obsolescência programada possui menor valor em sua singularidade. Pode-se até relativizar a frase de Thomas Hobbes, “conhecimento é poder”, questionando-se se atualmente, filtrar tal conhecimento seria o que poderia sustentar a aquisição de algum poder.

Portanto, questiona-se então - levando-se em conta as dificuldades de contextualização do ensino-aprendizagem no Brasil, a sua centralidade na figura do professor e do agente que propõe as normas e formatos pedagógicos, como também a passividade que o povo resguarda na sua condição de educando - como as novas tecnologias e as inéditas circunstâncias que permeiam a vida cotidiana e o relacionamento das pessoas, influenciam ou vão de/ao encontro com os alunos e como estes, por sua vez, lidam com a produção de conhecimento e com a vida social nas escolas. Dessa forma, no próximo tópico, relacionar-se-á as questões referentes à contemporaneidade tecnológica ao processo atual de ensino-aprendizagem.

2.3 Algumas discussões sobre a inclusão das tecnologias no desenvolvimento dos sujeitos no espaço escolar:

Winner (2004 apud CARR, p.73, 2011) postula que “a experiência da sociedade moderna mostrou que as tecnologias não são meramente auxílios à atividade humana, mas também forças poderosas agindo para remodelar essa atividade e seu significado”. Nesse sentido, pode-se dizer que a tecnologia ultrapassa a dimensão de sua utilização apenas como ferramenta e torna-se algo inerente à atividade de ensino e cingi de todas as formas a relação entre alunos, professores e ensino. Crê-se também que é uma nova visão que não pode se render ao saudosismo ou ao idealismo de que “antigamente” era melhor, ou ao pessimismo de que a tecnologia vai banalizar a educação, mas sim de que são mudanças que devem ser discutidas em seu cerne e de forma séria.

Carr (2011) aponta que os meios digitais vêm transformando as capacidades cognitivas das crianças e adolescentes, havendo assim uma readaptação cerebral. Segundo o

autor, as capacidades de atenção, concentração e memória vem se transformando em prol da adaptação às exigências atuais, produzindo sujeitos com capacidade maior de atenção e concentração a atividades rápidas e voláteis, e uma menor capacidade de manutenção da atenção e concentração em tarefas mais monótonas. A forma como se vive o tempo influencia a memória e, nesse sentido, percebe-se que o córtex responsável por tal ação cognitiva vem recebendo algumas reprogramações em sua estrutura. Por sua vez, Lemos (2012) aponta que tal resignificação produz sujeitos mais impulsivos, com menor resistência à frustração e com dificuldades para se relacionar com outras pessoas, influenciando, portanto, os espaços sociais e de convivência.

Nesse sentido, pensar que se têm os métodos de ensino seculares para as novas gerações de alunos que já estão se estruturando neurocognitivamente é um contrassenso, pois, os métodos de ensino praticados nas escolas regulares, pautados na repetição e descontextualizados da vida dos estudantes pouco despertam interesse dos mesmos. Assim, levando-se em conta os apontamentos de Carr (2011) e Lemos (2012), faz-se necessário utilizar essa cognição permeada pela vida digital em prol de um engajamento mais profícuo da comunidade escolar.

Outro importante fator a ser discutido, que relativiza a incrementação tecnológica na escola é o que Telles (2004) chama de “Síndrome do mínimo esforço”. Tal “Síndrome” traduz o costumeiro uso de tecnologia como forma de substituir atividades cotidianas que demandam atividades de raciocínio. Calculadoras, corretores ortográficos, *google*, dentre outros dispositivos que “respondem” a questões que antes geravam um esforço cognitivo levam os sujeitos a sempre buscarem ferramentas que substituam o ato de pensar. Nesse sentido, o uso desses aplicativos leva a um gasto menor de energia psíquica, mas, como aponta o autor, “amolece as mentes” (p. 46).

Nesse sentido, a implementação tecnológica não deve ser incauta, haja vista que a tecnologia pode dispensar o raciocínio lógico e crítico do estudante. Uma implementação indiscriminada e intrusiva pode provocar mais danos do que ganhos reais. Corroborando com tal argumentação, Santos (2015) aponta para que a atual sociedade de consumo por vezes desenfreadamente busca o consumir e se apossar de uma grande quantidade de coisas sem propor um crivo às escolhas que se faz. Nesse sentido, tal consumismo também atinge o espaço educacional, com o oferecimento de uma exponencial quantidade de informação, porém a maioria delas sem qualquer referência ou seriedade. Assim, vê-se que muitos se educam por meio de informações que são selecionadas sem nenhuma criticidade, informações

que atuam na formação de várias pessoas. Assim, a implementação das tecnologias também deve levar em conta a possível banalização que pode permear o processo de ensino.

Sorj e Guedes (2005) apontam que o Brasil está longe de um razoável uso das tecnologias nos processos de ensino-aprendizagem. Os autores salientam que no Brasil o número de “excluídos digitais” ainda é grande. Os autores chamam de excluídos digitais aqueles que não tem nenhum acesso a mídias ou aparelhos eletrônicos. Tais pessoas ficam distantes da possibilidade de se inserir em boas formações acadêmicas e, além disso, tal exclusão reflete numa exclusão social mais ampla.

Em pesquisa de 2017, realizada com 4000 professores da rede básica de ensino e coordenada pelo movimento “Todos pela educação”, mostrou que 55% dos professores utilizam algum tipo de tecnologia digital na mediação de suas aulas. Os professores também apontam que os fatores que mais limitam o uso da tecnologia é a falta de infraestrutura, como por exemplo, a pouca manutenção dos equipamentos ou a baixa velocidade da *internet*. A pesquisa também mostra que os professores estão dispostos a utilizar a tecnologia no espaço escolar, porém a pouca formação dos professores em questões tecnológicas cria entraves para uma boa execução das aulas.

Como refletem Hart e Hobottom (1990), a discussão sobre as questões tecnológicas na educação, como também na sociedade como um todo, deve ser realizada junto aos alunos, ou seja, o uso e a implementação da tecnologia deve ser um assunto presente nos processos educacionais, avaliando-se assim as transformações que ela provoca nas relações sociais e nas subjetividades, para assim também se pensar em seu possível uso nas escolas e outras instituições de ensino.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de uma conclusão, pensa-se no “choque” de gerações que a intensa atualização tecnológica propõe. Impõe-se de um lado a necessidade de se aderir a um estilo de vida mais moderno e atual, propiciado pela tecnologia, e de outro preocupa-se com a perda de humanidade e banalização das relações humanas que as inovações podem propiciar. É uma dialética entre o velho e o novo.

A tecnologia vem permear a relação professor-aluno em inúmeros aspectos. É interessante pensar como a troca de *e-mails*, ou o uso de outras ferramentas virtuais de comunicação agilizaram a produção de, por exemplo, monografias, dissertações e teses. O que antes se datilografava, rasurava-se e rabiscava-se inúmeras vezes um papel, atualmente tal

comunicação pode ocorrer em diferentes pontos do mundo, e com quase nenhum encontro pessoal entre orientador e orientando.

Salienta-se também, como aponta Lima *et al.* (2016), que há uma dificuldade na produção de pesquisas quanto se trata de novas tecnologias, haja vista a rápida transformação dessa realidade e a necessidade de que os autores estejam atentos a essa ágil transformação. Nesse sentido, é de suma importância que sejam valorizadas pesquisas sobre tal tema e que se afaste o teor moral das novas atividades ligadas à tecnologia.

Acredita-se também que além da produção de conhecimento sobre a educação e seus processos, é salutar que haja um engajamento político da academia e de docentes e discentes do Brasil todo para uma melhoria ampla na qualidade do ensino, além do inteligente aparelhamento tecnológico das escolas e outras instituições de ensino. Assim, pontua-se que a inteligência artificial pode auxiliar e promover novas experiências de ensino, assim como pode criar entraves para a atuação desse processo. Ou seja, o manejo humano dessas tecnologias é quem determinará o valor de seu uso.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marciano Vieira de. **A Evolução do Sistema Educacional Brasileiro e seus Retrocessos. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** Ano 02, Ed. 01, Vol. 1. pp 52-62, Abril de 2017. ISSN:2448-0959

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Amor líquido.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BIRMAN, J. **O sujeito na contemporaneidade.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

CARR, N. **O que a internet está fazendo com os nossos cérebros: a geração superficial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **A história da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

DEBÓRD, G. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo: Contraponto, 1997.

DEL PRIORI, M. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

FREUD, S. **Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna (1908)**. Edição Standard Brasileira das obras completas, v. IX, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **O mal-estar na civilização (1930)**. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas, v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HART; E. P.; HOBOTTOM, I. M. A ciência-tecnologia-sociedade como movimento na educação de ciência: uma crítica ao processo da reforma. **Journal of Research in Science Teaching**, v. 27, n. 6, p.575-588, 1990.

IVENICKI, A. A Escola e seus Desafios na Contemporaneidade. **Ensaio: aval. pol. Pública Educacional**, Rio de Janeiro , v. 27, n. 102, p. 1-8, Mar., 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440362019000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30/06/2019.

KOHN, K.; MORAES, C. H. O impacto das novas tecnologias na sociedade: conceitos e características da Sociedade da Informação e da Sociedade Digital. In: XXX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, Intercom 2007 - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Santos, 2007. **Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Santos, ago. 2007. Disponível em: <<https://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1533-1.pdf>> Acesso em: 21 jul. 2020.

LEMOES, I. L. Transtorno Psiquiátrico contemporâneo. **Revista Psique**, ano VI, n.82, p. 24-29, São Paulo: Editora Escala, 2012.

LIMA, N. L. de; et al . As redes sociais virtuais e a dinâmica da internet. **Gerais, Revista Interinstitucional de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 9, n. 1, p. 90-109, jun. 2016 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202016000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 jun. 2019.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996.

OLIVEIRA, D. A. A nova regulação de forças no interior da escola: carreira, formação e avaliação docente. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, São Paulo,

v. 7, n. 11, 2011. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19917/11557>. Acesso em 30/06/2019.

RIBEIRO, P. R. M. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Revista Paideia**, Ribeirão Preto, v. 4, fev/jul, 1993.

SACRISTÁN, J. G. O que significa o currículo. **In: Saberes e incertezas sobre o currículo** (Org. SACRISTÁN, J. G.). Rio de Janeiro: Penso, 2000.

SANTOS, L. L. dos. Consumo, hierarquias sociais e colonialidade econômica: na contramão de uma banalização da consciência. **Revista Ética**, v. 2, 1 Afeto & Consumo, 2011.

SAVIANI, D. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**. Campinas, UNICAMP, Projeto “20 anos do HISTEDBR”, 2005. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/dermeval_saviani_artigo.pdf> Acesso em: 12 de maio 2020.

SORJ, B.; GUEDES, L. E. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. **Novos estudos – CEBRAP**, n.72, pp. 101-117, 2005.

TELLES, A. **A revolução das mídias sociais: estratégias de marketing digital para você e sua empresa terem sucesso nas mídias sociais: cases**. 2.ed. São Paulo: M Books, 2004.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **O que pensam os professores brasileiros sobre a tecnologia em sala de aula?** São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/tecnologia/assets/downloads/apresentacao.pdf?1509395615363881000>. Acesso em 29/07/2019.

TOREZAN, Z. C. F.; AGUIAR, F. O Sujeito da Psicanálise: Particularidades na Contemporaneidade. **Revista Subjetividades**, n. 11, v. 2, 2011.